



Conflitos e Convergências da Geografia 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-333-0

DOI 10.22533/at.ed.330191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia urbana. I. Ferreira,
Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nesse segundo volume da Coletânea – “Conflitos e Convergências da Geografia”, publicado pela Atena Editora, realçamos o compromisso inalienável para um debate plural e democrático a partir de diferentes análises geográficas centradas no Brasil. Trata-se de vinte e quatro contribuições oriundas de quinze estados brasileiros, os quais estão vinculados à vinte e uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação. No decorrer desse volume as reflexões propostas pelos autores retratam um panorama sobre Geografia Urbana e sua relação e interação com os Estudos Ambientais, Geotecnologias e Cartografia e as possibilidades de inclusão enfatizando o Ensino de Geografia.

Nesse contexto, as discussões e proposições sobre a urbanização, planejamento e normatização do território, segregação socioespacial, uso do espaço público, segurança e insegurança pública, desigualdades sociais, vulnerabilidade socioambiental, mobilidade urbana, acidentes de trânsito, mercado imobiliário, inundações e dinâmica fluvial, permitem inferir a relevância das pesquisas e seus desdobramentos para compreensão de diferentes realidades que convergem ao refletirmos sobre os desafios atuais do planejamento urbano e ambiental no país, cujo direito à moradia digna e a cidade são violados cotidianamente.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos que desvendem os caminhos e descaminhos para compreender a realidade brasileira e sua indissociável conexão no bojo da mundialização.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E A NORMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE	
Matheus Lucena de Macedo Guedes Celso Donizete Locatell	
DOI 10.22533/at.ed.3301915041	
CAPÍTULO 2	13
OS ESPAÇO OPACOS CAICOENSES: DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA CAICÓ	
Iapony Rodrigues Galvão Djalma Amâncio da Silva Neto Lucas Henrique Lima Alves Ricardo Araújo de Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.3301915042	
CAPÍTULO 3	22
CONDOMÍNIOS CLUBE EM TERESINA/PIAUÍ: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Edileia Barbosa Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3301915043	
CAPÍTULO 4	32
AS MULTITERRITORIALIDADES NA PRAÇA DA BANDEIRA-CAMPINA GRANDE- E SUAS INFLUÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Leticia Barbosa Bomfim Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915044	
CAPÍTULO 5	41
TERRITÓRIOS DO MEDO: UMA ANÁLISE SOBRE A SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE	
Pedro de Farias Leite e Silva Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915045	
CAPÍTULO 6	56
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ-PB DIANTE DO ATUAL CONTEXTO LOCAL/REGIONAL	
Gustavo dos Santos Costa Lincoln da Silva Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3301915046	
CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA CIDADE DE SOBRAL-CE	
José Antônio Alves Lino	

DOI 10.22533/at.ed.3301915047

CAPÍTULO 8 75

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL À DENGUE NO RECIFE – PE

Caio Américo Pereira de Almeida
Rafael Silva dos Anjos
Henrique dos Santos Ferreira
Ranyére Silva Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.3301915048

CAPÍTULO 9 83

A IMPOSSIBILIDADE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO UM INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA OUC-ACLO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pablo Maia Barbosa
Linda Clara Oliveira Pontes

DOI 10.22533/at.ed.3301915049

CAPÍTULO 10 92

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DO LIMITE ESTRUTURAL DO CAPITAL: RENDA DA TERRA URBANA, AMBIENTE CONSTRUÍDO E DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33019150410

CAPÍTULO 11 105

O BRT COMO UMA ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA: O CASO BOGOTÁ E DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Maia de Almeida Junior
Renato Paiva Rega
Saullo Diniz dos Santos Macedo
Felipe da Rocha Santos

DOI 10.22533/at.ed.33019150411

CAPÍTULO 12 115

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

Ester Tomás Natal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.33019150412

CAPÍTULO 13 127

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL-SC NO PERÍODO DE 2012 À 2015

José Roberto Machado
Larissa dos Santos
Pamela Aline Gorges

DOI 10.22533/at.ed.33019150413

CAPÍTULO 14	140
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: OS MOTIVOS DA SUA PROCURA SEGUNDO SEUS USUÁRIOS	
José Roberto Machado	
DOI 10.22533/at.ed.33019150414	
CAPÍTULO 15	157
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE DA ARBORIZAÇÃO NO CENTRO DE PONTA GROSSA – PR	
Sandra Stocker Kremer Tadenuma Silvia Meri Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.33019150415	
CAPÍTULO 16	166
ESPAÇO, TERRITÓRIO E LAZER: UM ESTUDO SOBRE A LAGOA MAIOR EM TRÊS LAGOAS/MS	
Matheus Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.33019150416	
CAPÍTULO 17	179
PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV EM DOURADOS-MS	
Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.33019150417	
CAPÍTULO 18	186
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MACAPÁ-AMAPÁ	
Eliane Aparecida Cabral da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150418	
CAPÍTULO 19	194
ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: UM OLHAR SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO SUDESTE GOIANO	
Raul Castro Brandão Estevane De Paula Pontes Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.33019150419	
CAPÍTULO 20	202
OS EVENTOS DE INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA – RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Yago de Souza Verling Vinicius de Amorim Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150420	

CAPÍTULO 21	215
ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA FLUVIAL E DE SEDIMENTOS DO RIO TABOCO EM MATO GROSSO DO SUL	
Rennan Villhena Pirajá	
Diego da Silva Borges	
Mauro Henrique Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150421	
CAPÍTULO 22	231
GEOTECNOLOGIAS E MAPAS ONLINE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE NOVAS POSSIBILIDADES DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICAS	
José Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 23	239
O USO DA CARTOGRAFIA TÁTIL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA OS DEFICIENTES VISUAIS	
Mateus Gouveia Alves	
Divino José Lemes de Oliveira	
Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues	
Heider Danilo de Oliveira	
Bruno Nascimento Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 24	246
O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA. UM ENSAIO	
Dayane Caroline Gomes da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.33019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	256

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

Ester Tomás Natal Ribeiro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Programa de Pós-graduação em Geografia
Presidente Prudente – São Paulo

RESUMO: O presente artigo aborda o processo de urbanização em Moçambique em curso, evidenciando dois períodos. O primeiro período refere-se aos processos de urbanização antes da independência e o segundo depois da independência. A urbanização em Moçambique ocorreu primeiramente ao longo do litoral – nas províncias banhadas pelo Oceano Índico onde haviam entrepostos comerciais que facilitavam as trocas comerciais entre o povo moçambicano e os mercadores estrangeiros. Do litoral para o interior, o processo de urbanização vai rareando, fenômeno que persiste até hoje. Primeiramente, as trocas comerciais eram efetivadas com os árabes, indianos e mais tarde com os portugueses. Os portugueses é que impulsionaram o processo de urbanização, transformando os entrepostos comerciais em áreas urbanas. Atualmente, correspondem a áreas urbanas em Moçambique as cidades e vilas. Ademais, aborda-se a evolução da população urbana em Moçambique a partir de 1980 até 2007 com base nos dados dos Censos

realizados em 1980, 1997 e 2007. O Censo de 1980 é considerado o primeiro oficial depois da independência nacional, em 25 de Junho de 1975.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique, urbanização, cidades, vilas, população urbana

ABSTRACT: This article addresses the urbanization process underway in Mozambique, highlighting two periods. The first period refers to the urbanization processes before independence and the second period after independence. Urbanization in Mozambique occurred first along the coast - in the provinces close to the Indian Ocean where there were commercial warehouses that facilitated trade between the Mozambican people and foreign merchants. From the coast to interland, the urbanization process becomes scarce, a phenomenon that persists to this day. In the beginning, trade was being done with the Arabs, then the Indians, and later on with the Portuguese. The Portuguese are the ones who boosted the process of urbanization, by transforming commercial warehouses into urban areas. Currently, cities and towns are considered urban areas in Mozambique. Furthermore, we discuss the evolution of the urban population in Mozambique from 1980 to 2007, based on data from the Censuses conducted in 1980, 1997 and 2007. The 1980's is considered the first

official Census after the national independence on June 25, 1975.

KEYWORDS: Mozambique, urbanization, cities, towns, urban population.

1 | INTRODUÇÃO

O sentido mais imediato da urbanização refere-se a processo que consiste em transformar áreas rurais em urbanas, por meio da edificação de infraestruturas e provimento de equipamentos para o bem estar da população, que passa se aglomerar. Esse processo pode ocorrer abarcando dois outros: o primeiro – a produção do espaço urbano ou produção de áreas urbanizadas com presença de infraestruturas como é observado em países hoje chamados desenvolvidos e o segundo – urbanização demográfica onde ocorre a expansão de áreas urbanas devido ao crescimento demográfico sem ou com escassez de infraestruturas urbanas. A urbanização do ponto de vista demográfico é um processo que se observa em países designados “subdesenvolvidos”. Diferentemente dos países como na Europa ou nos Estados Unidos da América, onde o processo de urbanização foi impulsionado pela revolução industrial, em muitos países africanos este processo está em curso e se efetuando de forma rápida, muitas vezes sem atender aos padrões de planejamento urbano e implantação de infraestruturas urbanas.

A rápida urbanização na África Subsaariana, onde se localiza Moçambique, está a contribuir para o crescimento de assentamentos informais e aumento da pobreza. Em termos de tamanho da população que reside em áreas urbanas dentre os nove países que são os principais mercados da África Subsaariana (Angola, Ghana, Kenya, Moçambique, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, zâmbia e Zimbábwe), Moçambique apresentou entre 2005 a 2008 a maior taxa média de urbanização, em torno de 2.2% ao ano (YUMA E ANGELOPULO, 2011, p. 6). Entretanto, a maior parte da população moçambicana continua residindo na área rural. Neste artigo que trata da urbanização em Moçambique, dá-se ênfase à áreas urbanizadas em dois períodos: antes e depois da independência do país. Quanto ao crescimento da população urbana, faz-se menção somente aos anos da realização dos Censos depois da independência (1980, 1997, 2007). Os dados do Censo 2017 não são aqui utilizados porque até a publicação deste artigo ainda não estavam disponíveis. O artigo tem como objetivo abordar a urbanização, suas continuidades e rupturas em Moçambique nos períodos antes e pós independência, por meio de referências bibliográficas que abordam sobre a temática em análise e através de dados censitários e observações de campo.

2 | ZONAS OU ÁREAS URBANAS EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique todo o espaço urbano é considerado zona ou área urbana (BOLETIM DA REPÚBLICA – BR, 2004, p. 544). Correspondem a zonas ou áreas

urbanas as cidades e vilas. São no total vinte e três cidades e sessenta e nove vilas em Moçambique, conforme é ilustrado nas Figuras 1 e 2.



Figura 1. Mapa da situação geográfica das cidades de Moçambique

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base cartográfica do Instituto Nacional de Estatística (INE)

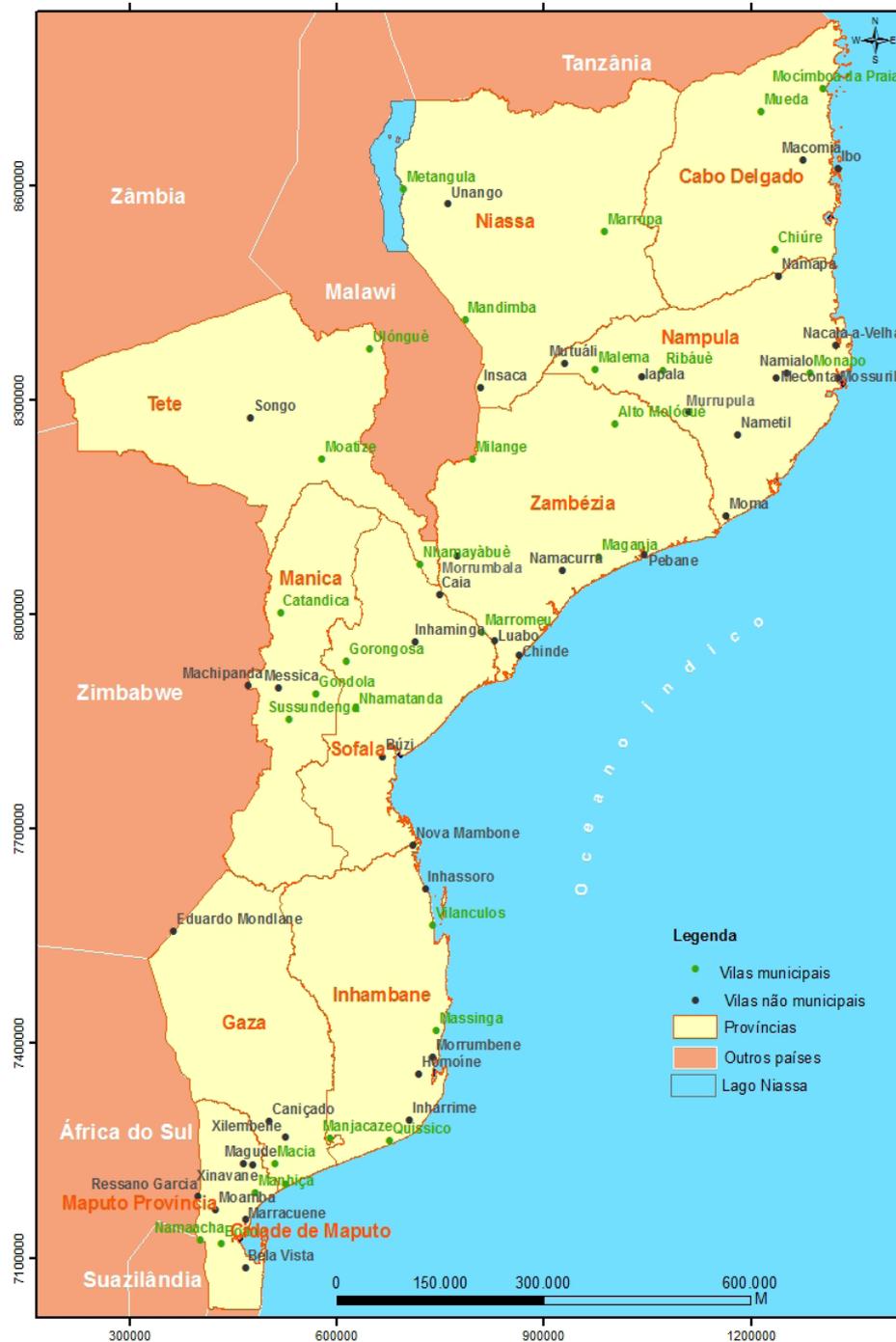


Figura 2. Mapa da situação geográfica das vilas de Moçambique

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base cartográfica do INE

As Figuras 1 e 2 ilustram a situação geográfica das cidades e vilas de Moçambique. A partir das Figuras 1 e 2 observa-se que as principais áreas urbanas (cidades e vilas) localizam-se ao longo do litoral. Por exemplo, das onze capitais provinciais, incluindo a Cidade de Maputo que tem status de província, sete (Pemba, Quelimane, Beira, Inhambane, Xai-Xai, Cidade da Matola e Cidade de Maputo) localizam-se ao longo da costa com a exceção das cidades de Lichinga, Nampula, Tete e Chimoio. Do litoral para o interior, o processo de urbanização vai rareando, fenômeno que persiste até hoje. Quanto às cidades, as regiões Norte e Centro têm cada oito cidades e a região Sul com sete cidades. A província com mais cidades em Moçambique é Nampula e

as províncias com menos cidades são as de Tete e Maputo. As cidades de Angoche, Ilha de Moçambique, são referências das mais antigas do país. No que se refere às vilas, cada região tem vinte e três vilas e a província de Nampula possui maior número de vilas (13), seguida de Maputo província (9), Zambézia (8), Inhambane (8), Sofala (6), Gaza (6), Niassa (5), Cabo Delgado (5), Manica (5) e a província de Tete com (4) Vilas. Importa ressaltar que após a independência nenhuma cidade e/ou vila surgiu em Moçambique.

Segundo BR (1997), devido ao processo de descentralização foram criados os municípios que correspondem a circunscrição territorial das cidades e vilas. Todas as cidades são municípios, mas, nem todas vilas são municípios, conforme é ilustrado na Figura 2. As vilas que se tornaram municípios são: na província de Niassa: Metangula, Mandimba e Marrupa; em Cabo Delgado: Chiúre, Mocimboa da Praia e Mueda; em Nampula: Malema, Monapo e Ribaué; na Zambézia: Alto Molócue, Maganja e Milange; em Tete: Ulóngoé, Moatize e Nhamayábué; em Manica: Catandica, Gondola e Sussundenga; em Sofala: Gorongosa, Marromeu e Nhamatanda; em Inhambane: Massinga, Vilanculos e Quissico; em Gaza: Bilene Macia, Praia de Bilene e Manjacaze (Mandlacaze) e na província de Maputo as vilas de Boane, Manhiça e Namaacha.

Não há em Moçambique um único critério para a definição do que é uma área urbana. Existe contradição na definição dos critérios para áreas urbanas entre as instituições do Estado como o MAE (Ministério de Administração Estatal) e MICOA (Ministério Para a Coordenação da Ação Ambiental). Como consequência, torna-se difícil assumir um critério como padrão funcional, o que acaba por criar ambiguidades na definição das áreas urbanas.

Porém, de acordo com World Bank Staff e Muzima (S/D, p. 14), em Moçambique usam-se três definições de “urbano” que se diferenciam segundo a unidade espacial de análise e níveis de desenvolvimento econômico das áreas em apreciação. A primeira definição é atribuída ao MAE de acordo com o Boletim da República, I Série, Nº 16 de 1987. A definição pelo MAE leva em consideração aspetos políticos, econômicos, sociais, culturais, densidade da população, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de atividades de comércio, educação e saneamento. A segunda definição é estabelecida pelo MICOA com base no uso urbano da terra. De acordo com a “Lei nº 19/2007 de Ordenamento do Território” de 18 de Julho, o MICOA classifica as áreas urbanas tendo em consideração a sustentabilidade de centros urbanos em termos de uso do solo urbano, saneamento e ambiente, desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações e condições de alojamento.

A terceira e última definição de área urbana é atribuída ao INE, baseado nas Áreas de Enumeração (AE) – equivalentes aos Setores Censitários no Brasil. Entretanto, a definição atribuída ao INE suscita dúvidas, por se tratar de órgão que não tem autonomia de classificar áreas em urbano e rural, mas sim, delimitar as Áreas de Enumeração nas áreas urbanas e rurais com base na lista de classificação das áreas fornecida pelo MAE, de modo a facilitar a operacionalização dos trabalhos censitários.

Segundo Araújo (1997) *apud* Maloa (2016), numa tentativa de solucionar o problema, foram adoptados alguns critérios para a definição de áreas urbanas sendo estes:

Todas pessoas que vivem dentro das capitais provinciais, aglomerações com população igual ou superior a 10.000 habitantes, existência de infraestruturas sociais e económicas como as de saúde, ensino, administração, água, luz, comércio, construção, transporte e comunicações, funções económicas que devem situar-se majoritariamente fora do serviço agrário, o papel histórico desempenhado pelo centro populacional e as perspectivas do desenvolvimento dos sectores secundários e terciários (ARAÚJO, 1997 *APUD* MALOA, 2016, p. 43).

O autor salienta o uso não isolado dos critérios, visto que, uma variável por si só carece de significado.

3 | CLASSIFICAÇÃO DE CIDADES EM MOÇAMBIQUE

Apesar da inexistência de uma definição padrão de área urbana no país e cabendo a cada instituição ou autor definir seus critérios, de acordo com BR (1987, p. 8), as cidades são classificadas em quatro níveis: A, B, C e D, conforme a Figura

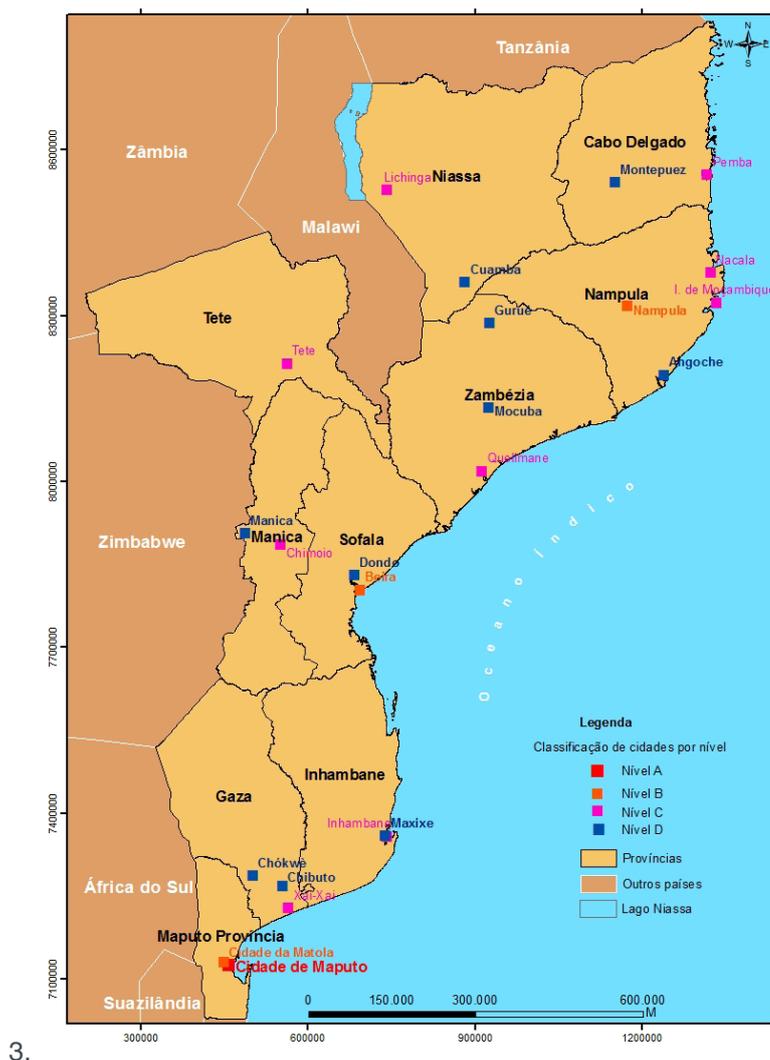


Figura 3. Mapa de classificação de cidades de Moçambique

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base cartográfica do INE

De acordo com a Figura 3, a Cidade de Maputo que é a capital do país e de importância nacional é a única de nível A. As cidades de Nampula, Beira e Matola são de nível B, com papel importante no desenvolvimento regional interno e na realização de programas de cooperação regional de caráter internacional. As cidades de Lichinga, Pemba, Nacala, Ilha de Moçambique, Quelimane, Tete, Chimoio, Xai-Xai e Inhambane são de nível C, utilizado para algumas capitais provinciais e cidades cuja importância histórico-cultural, nacional e universal, bem como importância econômica e em comunicações com interesse nacional e na cooperação regional. São cidades de nível D: Cuamba, Montepuez, Angoche, Gurué, Mocuba, Manica, Dondo, Maxixe, Chókwe e Chibuto cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como cidades e assumem um papel de relevo no desenvolvimento local (BR, 1987). Diferentemente das cidades que são classificadas em quatro níveis, as vilas não apresentam nenhuma classificação e estão distribuídas pelas dez províncias com a exceção da Cidade de Maputo.

4 | URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A urbanização é definida em Moçambique como sendo:

A transformação do solo através da provisão de infraestruturas, equipamentos e edificações que assegurem a fixação física das populações em condições de beneficiarem de serviços de crescente nível e qualidade nos domínios da saúde, ensino, tráfego rodoviário, saneamento, comércio e lazer, entre outros (BR, 2006, p. 53).

Nesse âmbito, foram estabelecidos pelo estado moçambicano os seguintes níveis de urbanização: urbanização básica, intermédia e completa (BR, 2006, p. 56). Urbanização básica – quando estão reunidas as seguintes condições: talhões ou parcelas (terrenos) destinados a vários usos estão fisicamente delimitados, existe fornecimento de água em quantidade e qualidade compatível com os usos através de fontes dispersas como fontanários públicos, poços ou furos, os arruamentos estão arborizados. Urbanização intermédia – quando talhões ou parcelas destinados a vários usos estão fisicamente delimitados, os arruamentos são acabados com solo de boa qualidade e estabilizados mecanicamente, existência de um sistema a céu aberto para drenagem de águas pluviais, o abastecimento de água e energia elétrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados (BR, 2006, p. 56). Trata-se de urbanização completa quando talhões ou parcelas são destinados a vários usos, sendo fisicamente delimitados, os arruamentos são acabados com asfalto ou betão, a drenagem de águas pluviais é feita por rede apropriada, o abastecimento de água e energia elétrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária e, as comunicações telefónicas asseguradas por redes apropriadas (BR, 2006, p. 57).

Em relação ao processo de urbanização em Moçambique, esse remonta desde a entrada do capitalismo comercial estrangeiro, primeiramente levado a cabo pelos

árabes, indianos até a era dos portugueses. As trocas comerciais entre os povos africanos e os mercadores estrangeiros levaram ao surgimento dos chamados entrepostos comerciais ao longo da costa leste africana que resultaram em principais cidades comerciais no território africano como as de Mogadíscio (Somália), Melinde (Quênia), Mombaça (Quênia), Kíwa (Tanzânia), Zanzibar (Tanzânia) e Angoche e Sofala em Moçambique. Apesar do processo de urbanização em Moçambique ter sido iniciado na era dos mercadores estrangeiros ainda está em curso, muitas vezes sem atender aos padrões de urbanização sobretudo em bairros periféricos onde se observa maior dinâmica socioespacial.

Para autores como Mutunga, Zulu e Sousa (2012), a rápida urbanização em África está a acontecer, por um lado, sem a previsão de infraestruturas urbanas o que sobrecarrega as capacidades dos governos no que concerne ao fornecimento de serviços básicos. Por outro lado, a rápida urbanização está a contribuir para o crescimento dos assentamentos informais superlotados e o aumento da pobreza. Segundo Araújo (2003, p. 168), o processo de urbanização em Moçambique na era colonial transplantou modelos e percepções de produção e organização do espaço oriundos das realidades das metrópoles coloniais. Para Fernandes e Mendes (S/D, p. 2), os aglomerados urbanos eram construídos de acordo com o modelo cidade-jardim, embora adaptados à arquitetura dos trópicos idealizados para a população branca com espaços amplos e ajardinados, com edifícios de baixa volumetria e, vias largas em orientação que favorecessem a circulação do ar.

As áreas urbanas sobretudo as cidades tinham funções específicas. Atuavam como polos de estruturação territorial mas igualmente como plataformas entre o espaço colonial de onde drenavam as matérias-primas para a metrópole e não como nos países do primeiro mundo onde as cidades foram instrumentos geradores e difusores de capital humano e económico (FERNANDES E MENDES, S/D, p. 2). O crescimento económico nas cidades moçambicanas, na sua maioria nas áreas portuárias e ou ao longo de caminhos-de-ferro, gerou a necessidade de mão de obra numa economia que se estruturava no trabalho mal pago e as cidades tornaram-se polos de atração de mão de obra proveniente das áreas rurais (FERNANDES E MENDES, S/D, p. 2). Mesmo com a necessidade de mão de obra vinda do interior, os moçambicanos eram excluídos da vivência do espaço urbano, exceto os que naquele momento tinha adquirido o estatuto de assimilado. Segundo Araújo (2003), as cidades moçambicanas antes da independência apresentavam características que as distinguiam: havia o que se chamava de “cidade de cimento” e a “cidade de caniço”.

A cidade de cimento é aquela considerada branca, que apresenta predominância de construções projetadas verticalmente e obedecendo a uma estrutura planificada, com a presença de infraestruturas e serviços (FERNANDES E MENDES, S/D, p. 2). Os moçambicanos excluídos da cidade de cimento acabavam por se instalar nas periferias em conjunto de habitações precárias construídas em materiais perecíveis à maneira tradicional. O material predominante nessas construções precárias era o

caniço, que acabou dando nome a área periférica de “cidade de caniço” (FERNANDES E MENDES, S/D, p. 3).

Por seu lado, a cidade de caniço é aquela considerada negra e, refere-se às áreas periféricas da cidade de cimento sem obedecer nenhuma estrutura de planificação. As construções eram/são espontâneas, projetadas horizontalmente, com material precário e sem a presença de infraestruturas e serviços urbanos (ARAÚJO, 2003, p. 169). A cidade de caniço era encarada como um mal menor, conforme afirmam Fernandes e Mendes (S/D, p. 3), porque assegurava a mão de obra destinada aos trabalhos domésticos da população branca e aos serviços públicos menos qualificados e considerados degradantes para os brancos. A cidade de caniço constituía reserva da cidade para a sua expansão. Quando surgia necessidade de expandir a cidade, os habitantes das zonas periféricas eram remetidos para áreas ainda mais afastadas (FERNANDES E MENDES, S/D, p. 3). Entretanto, Araújo (2003, p. 169) evidencia que mesmo depois da independência as diferenças socioeconômicas e de organização do território não foram eliminadas. A cidade de cimento se manteve e simplesmente deixou de ser branca mas continuou a segregar o espaço periférico (cidade de caniço).

A cidade de caniço deu origem aos dois anéis que são designados por «área suburbana» e «área periurbana». O primeiro corresponde a antiga cidade de caniço onde o material de construção precário está sendo substituído por material convencional mais durável. De uma forma geral, é habitada por pessoas de poucos recursos financeiros e excluídos da cidade de cimento. A área periurbana corresponde às áreas rurais que foram reclassificadas. A reclassificação urbana é o processo em que, por lei, há a expansão da área da cidade alterando os seus limites administrativos e incluindo novas áreas antes rurais (ARAÚJO, 2003, p. 168-170). Em 1986 houve reclassificação urbana, mas sem a implantação de infraestruturas e serviços, o que permite reconhecer até hoje um ambiente rural no urbano em Moçambique.

A área periurbana (área de expansão) antes era habitada pela população nativa, predominantemente rural, cuja terra é transmitida de geração para geração. A agricultura era a base para o sustento familiar. Com o desenvolvimento econômico capitalista, surgem na área periurbana bairros ordenados ocupados por pessoas com algum poder aquisitivo e são erguidas construções na forma vertical e horizontal com material convencional (ARAÚJO, 2003).

Os bairros de ocupação espontânea, sem obedecer a nenhum critério de ordenamento, geralmente são ocupados por pessoas pobres, com emprego precário e outras que vivem de biscate ou comércio informal. Há predominância de construções horizontais, bem como mistura de material de construção precário e material convencional. Devido à presença ainda de espaços para construção, atualmente a área periurbana virou centro de atenção para qualquer tipo de segmento socioeconômico: pobres, médios ou altos.

5 | A RÁPIDA URBANIZAÇÃO E A POPULAÇÃO URBANA EM MOÇAMBIQUE

A rápida taxa de urbanização em Moçambique traz consigo graves problemas que acabam por deixar os habitantes em situações de vulnerabilidade por não estarem acompanhadas da implantação de infraestruturas. Vários são os fatores que levam à rápida urbanização e aqui estão sintetizados alguns: Migrações – Moçambique viveu épocas de duas grandes guerras (colonial e civil). No período dessas grandes guerras pessoas se deslocaram das áreas rurais para as urbanas a procura de segurança. Para *Development Workshop Angola – DWA* (2011, p. 5), as causas da migração campo-cidade são diversas mas estão geralmente ligadas a percepção da cidade como lugar onde há oportunidades de emprego, educação, serviços, entre outros. Para além da migração campo-cidade, também observa-se em Moçambique migração cidade-cidade e migração internacional.

Um aspecto importante destacado por Araújo (2003) sobre as migrações, é que se tratam de fator importante de transformação dos meios natural, social, cultural e econômico e não se deve esquecer que em geral as cidades são um produto da imigração. Os migrantes não podem ser vistos como simples predadores. Apesar das migrações provocarem desequilíbrios porque modificam os lugares de partida e de chegada, esses desequilíbrios levam à procura de novas relações e novos equilíbrios que, dimensionados de forma adequada dão origem a um maior desenvolvimento socioeconômico (ARAÚJO, 2003, p. 171).

Calamidades naturais – o país tem sido assolado por cheias, secas, ciclones entre outros fenómenos naturais. A ocorrência de calamidades naturais faz com que não haja produção nas áreas rurais o que, aliado à falta de bens e serviços, obriga as pessoas a se deslocarem às cidades a procura de meios para subsistência.

A reclassificação de áreas urbanas em 1986 – fez com algumas áreas rurais passassem a pertencer às áreas urbanas. Outro fator ligado à rápida urbanização é o crescimento natural da população. Entretanto, de acordo com DWA (2011, p. 5), as taxas de fertilidade são inferiores nas áreas urbanas que nas rurais, mas contribuem significativamente para o crescimento da população urbana. Em Moçambique as cidades são os principais centros de atividade nos sectores de indústria, comércio e serviços, representando lugares centrais de produção e fornecimento de bens e serviços (ILAL E WEIMER, 2017, p. 5).

No que se refere a população urbana de Moçambique, de acordo com os dados fornecidos pelo Conselho Coordenador de Recenseamento – CCR (1983), no primeiro Censo realizado em 1980 depois da independência, do total de 12.130.000 habitantes, somente 1.576.900 o que corresponde a 13%, moravam nas zonas urbanas. No segundo Censo de 1997 dos 16.075.708 habitantes, 4.822.712 (29.99%) já moravam nas zonas urbanas (INE, 1999). No terceiro Censo realizado em 2007, do total de 20.632.434 habitantes, 6.189.730 (29.99%) moravam nas zonas urbanas (INE, 2010). De 1980 para o Censo de 1997 houve um salto em termos de aumento de pessoas

vivendo em zonas urbanas. Este salto deveu-se em grande parte a reclassificação urbana em 1986. De 1997 para 2007, os dados mostram uma estagnação.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecer que a urbanização exerce um papel fundamental no desenvolvimento tanto econômico quanto social por meio das cidades que são os lugares centrais. Devido a heterogeneidade na qual se processa acaba criando impactos negativos dentro desses lugares centrais. Em Moçambique, mesmo estabelecidos os chamados níveis de urbanização, a concretização destes está longe de ser alcançado. Em todas as áreas urbanas de Moçambique vários dos elementos mencionados são observados na “cidade de cimento” herdadas do tempo colonial, mesmo que alguns já se encontrem em estado avançado de degradação.

Moçambique evidencia a realidade de muitos países ainda em processo de urbanização sobretudo os africanos do sul do Saara. Estão surgindo em Moçambique dentro das áreas urbanas “áreas excluídas” habitadas por pessoas de baixa renda e áreas “muito valorizadas” habitadas por pessoas com poder aquisitivo. Essas disparidades levam a diferenciação, segregação e a fragmentação socioespacial. Importa salientar aqui que a diferença entre urbano e rural em Moçambique ainda é bem expressiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Manuel M. G. de. Os espaços urbanos em Moçambique. GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo N ° 14, pp. 165- 182, 2003.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique. 3º Suplemento.** Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 51. 26 de Dezembro 2006.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique. 2º Suplemento.** Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 51. 22 de Dezembro 2004.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique. 2º Suplemento.** Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 7. 18 de Fevereiro 1997.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique. 2º Suplemento.** Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 16. 25 de Abril de 1987.

CCR. **I Recenseamento Geral da População.** Informação pública, 1983 – Ano do IV Congresso.

DWA. **Manual de formação para projetos de gestão de terra:** urbanização e loteamento para autoconstrução dirigida em áreas periurbanas e reservas fundiárias de Angola. 3ª edição, Huambo, Angola, 2011.

FERNANDES, Mário. G.; MENDES, Rui. **A dicotomia urbana em Moçambique: a cidade de cimento vs cidade de caniço.** Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, S/D.

ILAL, Abdul; WEIMER, Bernhard. **Urbanização, serviços públicos e recursos fiscais**. Os desafios principais para as autarquias moçambicanas: uma análise com enfoque as transferências fiscais intergovernamentais. Maputo, 2017.

INE. **III Recenseamento geral da população e habitação 2007**. Resultados definitivos. Maputo, Junho, 2010.

INE. **II Recenseamento geral da população e habitação 1997**. Resultados definitivos. Maputo, Agosto, 1999.

Lei n° 19/2007 de 18 de Julho. Lei de Ordenamento do Território. Publicada na I Série do Boletim da República n° 29 de 18 de Julho de 2007.

MALOA, Joaquim Miranda. **A urbanização moçambicana**: uma proposta de interpretação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2016.

MUTUNGA, Clive; ZULU, Eliya; SOUZA, Roger-Mark de. **Population dynamics, climate change and sustainable development in Africa**. African Institute for Development Policy, 2012.

WORLD BANK STAFF; MUZIMA, Joel Daniel. **Introdução à urbanização e ao desenvolvimento municipal em Moçambique**. "In" Desenvolvimento Municipal em Moçambique: As lições da Primeira Década, S/D.

YUMA, Hedrick-wong; ANGELOPULO, George. **The challenges of urbanization in Sub-Saharan Africa**: a tale of three cities. Master card world-wide Insights, 3Q, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia -UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-333-0

